
069ª SESSÃO ORDINÁRIA 07AGO2017

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação as Atas disponíveis nas Pastas Públicas do correio eletrônico: Atas da 1ª a 33ª Sessão Ordinária, da 1ª a 5ª Sessão Extraordinária e da 1ª a 8ª Sessão Solene. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADAS.**

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul – FADERS, que tratará de assunto relativo à 1ª Exposição de Tecnologia Assistiva e Inclusão – ExpoTAI. O Sr. Roque Noli Bakof, Diretor-Presidente, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. ROQUE NOLI BAKOF: Saúdo o Presidente desta Casa e quem também o secretaria. Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, muito boa tarde. Venho a esta tribuna, Srs. Vereadores, para propor uma reflexão enquanto lideranças que as senhoras e os senhores são desta comunidade. Normalmente, quando o tema pessoa com deficiência vem à pauta, podem, as senhoras e os senhores, associá-lo, restringi-lo tão somente ao interesse das pessoas com deficiência. O trabalho que estamos a desenvolver, junto ao órgão gestor da política pública estadual, a FADERS, tem procurado demonstrar que quando falamos em acessibilidade e inclusão, estamos falando em algo que diz respeito ao contexto da sociedade; portanto, cada cidadão – no caso em particular o Município de Porto Alegre – diz respeito, sim, a esse tema. Embora, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, possa parecer que o que venho aqui tratar diz respeito somente a uma questão mais pontual, diz respeito, Ver.^a Nadia, ao mundo em que queremos viver – essa tem sido a proposição que colocamos no contexto do Estado, em particular para Porto Alegre. Quando estamos falando do mundo em que queremos viver,

estamos falando de acessibilidade e inclusão. Esses dois conceitos devem ser interpretados, não só sob o ponto de vista de promover a acessibilidade para aqueles ou para alguns, mas, sim, sobre uma lógica a que todos nós devemos ter acesso e nos incluir. Então, nesta direção tenho participado de eventos promovidos nesta Casa que constituíram e conduziram a uma frente parlamentar que trata do assunto.

Também nessa direção, as senhores e senhores receberam – está sobre as suas mesas – um material que propõe a realização de um evento, a 1ª Exposição de Tecnologia Assistiva e Inclusão – ExpoTAI, o primeiro evento do gênero no Rio Grande do Sul, que busca, num espaço determinado, durante três dias, que nós, enquanto sociedade – evidentemente me dirijo aqui aos representantes da sociedade do Estado, não podendo desconsiderar a importância não só convidá-los, mas também alertá-los para este evento –, permaneceremos neste espaço, no Vida Centro Humanístico, na Zona Norte de Porto Alegre, um espaço, a bem da verdade, pouco aproveitado, pouco visibilizado pela sociedade rio-grandense. E, até nesse sentido, a ExpoTAI tem contribuição para, durante esses três dias, não só se apresentem lá tecnologias assistivas, que são produzidas, desenvolvidas por empresas, mas também estamos chamando para composição desse evento as instituições de ensino, estimulando os estudantes e professores que desenvolvem tecnologia apresentarem lá os seus protótipos que estão desenvolvendo. E, ao mesmo tempo, durante esses três dias, ocorre uma grande convergência e convivência de pessoas com deficiência, seus familiares, as associações, os conselhos de direito, inclusive o Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Porto Alegre – Comdepa, para que nesse período desenvolvamos oficinas que tratem sobre o autismo, que coloquem em pauta os temas da habilitação, da reabilitação, que se fale lá sobre o que é acessibilidade arquitetônica, o que é acessibilidade programática, o que é acessibilidade metodológica, fundamentalmente – chamo a atenção dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras – e principalmente a acessibilidade atitudinal. Nós temos que ter em conta que a sociedade se transforma, Srs. Vereadores, e nesse particular, relativamente, a acessibilidade é a inclusão, quando nós, como seres humanos, tenhamos atitudes. Então, por isso, além dos recursos técnicos, dos recursos materiais que envolvem a acessibilidade, existe uma, Ver. Medina – que coordena a frente parlamentar vinculada à pessoa com deficiência – que se salienta, que é, sem dúvida, a acessibilidade atitudinal.

Então, Ver. Nedel, nesse sentido, estamos trazendo o convite e apresentando como proposição esse evento, a ExpoTAI, para que também os senhores, como representantes da sociedade, partam conosco para essa convivência. E possamos, nesse período que lá estaremos, além de identificarmos o que já existe de tecnologia e experiências que estão sendo construídas no Estado, também sejamos capazes de construir, juntos, um novo estado de consciência. E ele, sem dúvida, é fundamental e também é coro nesta Casa, porque ela expressa a representação da sociedade.

Então, Presidente, agradeço a Casa do Povo em abrir este espaço, venho nessa dimensão nessa dimensão dizer às Sras. Vereadoras, aos Srs. Vereadores e à sociedade, que aqui também está representada, que somos nós que construímos o mundo que queremos viver, e esse mundo, se o quisermos acessível, se o quisermos solidário, se o quisermos inclusivo, somos nós que damos conta disso. Isso, na verdade, é um conceito. Quando a sociedade compreende que acessibilidade e inclusão são valores de convivência em sociedade não mais enxerga esse tema como um valor às pessoas com deficiência, e, sim, como um valor de convivência em sociedade. Então, que a mensagem que procurei situar aqui, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, tenha essa possibilidade de sensibilizá-los e que dessa forma seja aqui também um espaço de afirmação desse princípio, ou seja, nós queremos buscar acessibilidade atitudinal e a transformação do mundo em que vivemos está, sem dúvida, na nossa dimensão.

Sr. Presidente, para aproveitar a oportunidade, eu tenho chamado atenção e quero chamar a atenção nesta Casa é que todos nós somos pedestres, e, como tal, um tema que nos ocupa é questionar como nós cuidamos das nossas calçadas. Eu tenho sugerido, proposto que, nos Municípios – no interior também assim o fizemos –, as gestões municipais dediquem especial atenção à questão das calçadas, porque elas são o espaço que qualquer um de nós usa para se deslocar. E aí não estamos só falando da pessoa com deficiência, estamos falando da pessoa com mobilidade reduzida, estamos falando dos idosos, estamos falando da mulher gestante, estamos falando da pessoa obesa, estamos falando de todo e qualquer cidadão que utiliza as calçadas. Então, que este espaço que nos foi concedido seja entendido nessa dimensão.

Eu agradeço a disposição e reitero o convite: dias 25, 26 e 27, no Centro Vida, e, durante toda a semana, de 21 a 28 de agosto, ocorre a Semana Estadual da Pessoa com

Deficiência, que é um período em que a sociedade também reflete a esse respeito. Muito obrigado, uma boa sessão para todos. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Convido a compor a Mesa o Sr. Roque Noli Bakof, Diretor-Presidente da FADERS.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ADELI SELL: Caro Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Sr. Roque Noli Bakof, Diretor-Presidente da FADERS, estimadíssimo vizinho; em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores – Ver.^a Sofia Cavedon, Ver. Aldacir Oliboni e este Vereador –, quero cumprimentá-lo, primeiro, por utilizar e valorizar a Câmara de Vereadores em sua Tribuna Popular, e queremos, Sr. Presidente, nos somar, e tenho certeza que esta Câmara de Vereadores se somará, à amplíssima divulgação da ExpoTAI. Vossa Senhoria pode ficar tranquilo que nós estaremos lá no Centro Vida, como também queremos que o senhor nos passe *e-mails*, nos marque nas redes sociais, para que possamos fazer uma amplíssima divulgação. Hoje pela manhã, nós estivemos gravando um programa com o Ver. Paulo Brum e o Ver. Cláudio Janta, e comentamos, inclusive, a importância dessa questão das pessoas com deficiência. O Ver. Paulo Brum pode dar os dados impressionantes do número de pessoas com deficiência, e Porto Alegre precisa incluí-las socialmente, de forma cidadã. E nós estamos aqui para brigar pela dignidade da pessoa humana.

Sucesso na FADERS. Aqui na Câmara o senhor tem muitos aliados não só da nossa bancada, que está se expressando aqui, mas em seguida falará o nosso *expert* no assunto, o Ver. Paulo Brum. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Paulo Brum está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. PAULO BRUM: Sr. Presidente, quero cumprimentar e saudar o nosso Presidente da FADERS, amigo Roque Bakof. Sou testemunha do excelente trabalho que V. Sa. vem

desenvolvendo à frente da nossa fundação, descentralizando as ações da FADERS não apenas no gabinete, mas também levando e circulando por todo o nosso Estado do Rio Grande do Sul. Parabéns pelo seu trabalho, pela sua atuação, somos testemunhas do excelente trabalho desenvolvido. E, agora, mais essa exposição, que vem trazer exatamente aquilo que precisamos, pois a inclusão precisa de ações, de equipamentos, de dispositivos que facilitem a vida daqueles que mais precisam a vida daqueles que mais precisam, em especial aqueles que têm dificuldade de locomoção. Portanto, esta Casa está à sua disposição. Queremos participar, sim, em especial neste momento importante de reflexão que é a Semana Municipal, a Semana Estadual e a Semana Estadual das Pessoas com Deficiência. Contem conosco, tenham a certeza de que esta Casa estará junto nessa sua empreitada, de levar ações que possibilitem à verdadeira inclusão às pessoas com deficiência. Parabéns. Contem conosco.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Ver. Paulo Brum. A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Presidente, boa tarde. É um prazer novamente estarmos aqui, nesta semana, que seja abençoada para todos nós Vereadores. Eu não poderia deixar de aqui vir dar um abraço especial ao meu grande amigo Bakof, em nome da Bancada do PMDB. Ficamos muito felizes em te ter na Presidência da FADERS, pois sabemos do teu comprometimento, da tua lisura nos atos, da tua competência para tratar desse assunto tão importante e relevante para a cidade de Porto Alegre e para todo o Rio Grande do Sul.

Quero aqui, em nome da Bancada, dizer que seremos também divulgadores dessa ExpoTAI, que acontecerá de 25 a 27 de agosto, já sabendo que é um sucesso por te ter à frente desse evento tão importante. Hoje pela manhã estávamos num seminário sobre violência doméstica, estávamos com as mulheres também com deficiência que sofrem de violência doméstica. O grupo Inclusivas estava ali se fazendo presente, muitas vezes elas acabam sendo invisíveis nessa violência toda. Meu amigo Bakof, sucesso, sucesso e sucesso e contem com a bancada do PMDB. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra, nos art. 206 do Regimento.

O SR. AIRTO FERRONATO: Caro Presidente Cassio, trago a nossa saudação, o nosso abraço ao Bakof, nosso Presidente da FADERS. Falo aqui em meu nome e em nome do Ver. Paulinho Motorista, que está conosco também. Quero dizer da importância da sua presença aqui no plenário, trazendo informações sobre a nossa ExpoTAI, para que possamos divulgá-la e para que possamos estar também no evento. Acredito que o Ver. Adeli Sell usou uma expressão muito oportuna quando disse que aqui vocês terão muitos aliados. Nós estamos juntos para trabalhar pela causa, para lhe trazer um abraço, cumprimentá-lo pela Presidência da nossa renomada FADERS aqui no Estado e essencialmente aqui em Porto Alegre. Parabéns, sucesso e meus cumprimentos pela causa que o senhor milita como comandante maior. Obrigado e um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. CASSIÁ CARPES: Obrigado, Presidente, quero saudar aqui o Roque, que eu já conheço por esse belo trabalho que faz, mas é importante dizer a entidade, porque a marca é fundamental: Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiências e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul, a FADERS, que faz um belíssimo trabalho. E, agora, essa primeira Exposição de Tecnologia Assistida e Inclusão, a ExpoTAI. Portanto, o nosso partido fica muito feliz com a forma que quer cada vez mais fazer crescer esse trabalho. Sem dúvida, necessita desse crescimento, por isso a anuência dessa Câmara com a maioria dos seus Vereadores na necessidade de ampliar essa assistência, ampliar a qualidade do trabalho a esta camada tão importante da sociedade. Em nome do PP, nosso partido, quero dizer que estamos à disposição, inclusive na Comissão de Direitos Humanos, daqui da Câmara, da qual este amigo é Presidente, e nos colocamos à disposição para qualquer encontro, qualquer forma de buscarmos interagir para crescer a informação, porque eu

acho que esse é o trabalho para chegar nas comunidades, conscientizar os órgãos públicos da existência e da necessidade de interagir com toda a sociedade e mostrar à ela aquilo que tem de direito. Parabéns, mais uma vez, e conte conosco.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Alvoní Medina está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ALVONI MEDINA: Boa tarde, Presidente; Sr. Roque Bakof, queremos colocar à disposição o nosso Gabinete. Como Presidente da Frente Parlamentar das Pessoas com Deficiências, estamos engajados nessa luta. Semana que vem estaremos aqui também na Câmara falando a respeito das pessoas com deficiências, e eu quero parabenizá-lo por esse excelente trabalho que o senhor vem fazendo à frente da FADERS. Conte com a gente. Um bom trabalho e que Deus abençoe a todos nós.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Roque Noli Bakof está com a palavra para suas considerações finais.

O SR. ROQUE NOLI BAKOF: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, o chamamento que eu fiz, e me ponho também, em composição com as palavras do Ver. Adeli Sell – meu vizinho, por sinal –, colocando, sim, Sr. Presidente, este evento também como espaço de convivência para as Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, porque esperamos que lá transitem centenas de pessoas e familiares de pessoas com deficiência, mas também que a sociedade, ao conviver, tenha a real dimensão de que somos todos iguais e de que buscamos, na essência, a mesma coisa: sermos felizes, convivermos, nos realizarmos enquanto seres humanos.

Muito obrigado. Uma boa Sessão para todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Agradecemos a presença do Sr. Roque Bakof, Presidente da FADERS. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h39min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): (14h41min) Estão reabertos os trabalhos.

O Sr. Roberto Robaina (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.) **APROVADO.**

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; prezados carrinheiros, carroceiros, militantes do meio ambiente (Palmas.); Ver. Marcelo Sgarbossa, falo em nome da nossa bancada em Liderança, depois o Vereador, com certeza, vai abrir o tema do injusto, absurdo e incompreensível veto ao projeto aprovado e construído de forma coletiva, com o conjunto dos partidos, de prorrogação do prazo de vigência da lei que viabilizaria um outro espedaço de construção digna da política para catadores e catadoras, que é uma política pública que deve incorporá-los ao tratamento do saneamento desta Cidade e não a privatização como está proposta pelo Prefeito Marchezan, inclusive em projeto de lei. Mas nessa fala de Liderança do PT que faço na segunda semana de agosto, primeiro digo que para nós foi um orgulho que dois jovens, a Carol e o Professor Bernardo – Ver. Adeli Sell, Ver. Aldacir José Oliboni, Ver. Marcelo Sgarbossa e Ver. Eng^o Comassetto que aqui acompanha também o seu projeto –, dois jovens suplentes da bancada tenham assumido na semana passada, como mês da juventude, marcando uma postura de cotas, de investimento na juventude que o nosso partido faz no seu protagonismo. Que eles sejam os construtores da política, que sejam os construtores da política pública, os próprios jovens, em um País - País, Estado e Município – que ainda deve muitas alternativas para a nossa juventude. Meu segundo semestre legislativo começa neste ano e digo que estou muito espantada com a capacidade que tem o Prefeito Marchezan de propor políticas que enfrentam que

enfrentam, desestimulam e desrespeitam a carreira, a caminhada, a história do funcionalismo municipal de Porto Alegre. Em pleno recesso escolar e parlamentar, os projetos que aqui chegaram, e que analisava com mais vagar hoje, são assustadores, são um retrocesso, uma retirada de conquistas. Essas não foram conquistas simples, não são benesses e não foram doações gratuitas, mas foram o resultado de lutas de anos de uma categoria municipal que vem se qualificando, que vem construindo a valorização no serviço público, para chegar, no final de sua carreira, com um salário digno, com um estímulo, um estímulo à formação permanente, à qualificação permanente e à dedicação ao serviço público. Falávamos, hoje, ao meio dia, inclusive, Dr. Thiago, que, se essas medidas prosperarem, acabou o funcionalismo público na Cidade de Porto Alegre. E não existe política pública de qualidade sem um quadro funcional permanente, valorizado e estimulado a se qualificar e permanecer atendendo a população de Porto Alegre. Reduziram ao mínimo o estímulo pelo tempo de serviço. A gente tem de imaginar que o servidor público vai ficar na relação com seu patrão por 20, 30 e, muitos, por 40 anos trabalhando para a população. É diferente de uma iniciativa privada, num trabalho temporário, onde se dispensa aqui, entra ali, vai e volta. É uma história de vida, Ver. Tarciso, que é dedicada ao serviço público.

Eu me orgulho muito da qualidade dos servidores públicos. Se há falhas, são falhas de gestão, falhas de acompanhamento, falhas de coordenação, de avaliação. Não é possível achar que uma Cidade pode vilipendiar o seu servidor e o serviço público, fazendo isso. Responder pela qualidade é o que a Cidade espera de um governante. De outro lado, do lado do desmonte, do desprestígio do funcionalismo, são seis meses nos quais não foi demonstrada a tal da competência de gestão. Não sou eu quem digo isso, são, inclusive, representantes empresariais que escreveram nos jornais. O Prefeito não disse a que veio. E o anúncio, a autorização que encaminha para esta Casa, para vender o DMAE, que fornece a água, que é essencial à vida, ou vender a Carris, como é intenção do Prefeito, é uma demonstração primeira de que o interesse que preside a gestão municipal não é interesse público. E um interesse, sim, de abrir as riquezas do Município, mas principalmente os direitos do trabalhador, dos porto-alegrenses para que virem mercadoria a serem comercializadas, e, portanto, só terá direito à água e ao transporte coletivo quem puder pagar por ele. E isso não é papel do Estado público, não é papel da Prefeitura de Porto Alegre; o seu papel é prover os direitos da população, as condições de

ir e vir, a dignidade para viver, a moradia, a água saneada, o saneamento fora das casas das pessoas. E junto com esse conjunto de políticas que destrói a história de Porto Alegre, tem o desrespeito à história de vocês, carrinheiros, carroceiros, e recicladores, e nós vamos enfrentar todas elas, porque um povo é muito maior do que um único ditador. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Obrigada, Presidente. Caros colegas, público que hoje nos acompanha, estou aqui usando o tempo de Liderança do PMDB, gentilmente cedido pelo nosso Líder Idenir Cecchim, para falar em nome da nossa bancada, mas também para falar como Procuradora Especial da Mulher nesta Casa, representando os 36 Vereadores. Hoje pela manhã tivemos um seminário sobre a Lei Maria da Penha, que no dia de hoje completa 11 anos de existência, de proteção e acolhimento às mulheres vítimas. Estou hoje vestindo luto para que a gente lembre todos os dias daquelas mulheres que morreram pelo simples fato de terem nascido mulheres. Vamos assistir a um pequeno vídeo para que a gente possa compreender o que é violência doméstica.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: E há quem diga que a violência doméstica, a violência contra a mulher não existe, que isso é conversa de feminista, ou pior, que mulher que apanha e continua com o marido gosta de uma surra. E nós vimos aqui trágicos exemplos de mulheres que foram mortas ou que sofreram queimaduras, que levam na sua vida essas marcas, porque, sim, nasceram mulheres. No entanto, dados estatísticos falam mais alto do que opiniões e demonstram essa triste realidade. Segundo a pesquisa DataSenado sobre violência doméstica e familiar contra as mulheres no Brasil, o número de mulheres que declaram ter sofrido algum tipo de violência doméstica aumentou de 18%, em 2015, para 39% em 2017; no mesmo período, o percentual de mulheres que afirmaram conhecer alguém do sexo feminino que já sofreu violência familiar praticada por

um homem também aumentou, foi de 56% para 75%. Números do IBGE apontam que, a cada ano, mais de um milhão de mulheres são vítimas de violência doméstica no Brasil. Aqui no Rio Grande do Sul, a Secretaria de Segurança Pública, em seu monitoramento mensal dos indicadores da violência contra as mulheres, aponta que, no primeiro trimestre deste ano, foram registrados mais de 17 mil casos de lesão corporal e estupro no Rio Grande do Sul. Felizmente, hoje, temos a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, criada há 11 anos, reconhecida pela ONU como uma das três melhores legislações no mundo no enfrentamento à violência doméstica e contra a mulher. Essa lei vai além dos casos de agressão física, abrangendo violência psicológica, sexual, patrimonial e moral. Certamente, na última década, salvou milhares de vidas e permitiu a inserção de programas como a Patrulha Maria da Penha, que teve a oportunidade de implementar e coordenar no Rio Grande do Sul.

É inegável que a Lei nº 11.340 é um grande avanço no combate à violência doméstica, mas muito ainda há de se fazer. Há mulheres em todas as classes sociais, há mulheres catadoras e carrinheiras, há mulheres professoras, há mulheres advogadas sendo vítimas de violência doméstica. É preciso assegurar o devido acompanhamento dessas vítimas para que elas se sintam seguras, protegidas e valorizadas pelo Estado, num verdadeiro resgate à cidadania.

"Se te roubam os sonhos, solta a tua voz!". Esta Casa Legislativa está soltando a voz em prol das mulheres. Chega de violência!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo Ofício nº 1299, de autoria do Sr. Prefeito Municipal, Nelson Marchezan Júnior, informando que estará ausente do Município de 6 a 8 de agosto de 2017, participando, como palestrante, do evento Encontro Fundação Estudar 2017, na cidade de São Paulo. O ônus para o Executivo Municipal será de passagem aérea e duas diárias.

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e a todas. Quero trazer a nossa saudação aos nossos carrinheiros, aos nossos carroceiros e carroceiras que estão aqui

na tarde de hoje, nosso movimento nacional de recicladores, enfim, a mais variada gama de associações que nos acompanham na expectativa de que a Câmara derrube o veto do Prefeito Marchezan ao projeto que ampliava o prazo para a entrada em vigor dessa legislação que, lamentavelmente, significou retirada de direitos e uma faca no pescoço de quem trabalha fazendo a reciclagem no Município de Porto Alegre. Uma legislação que foi vendida como uma lei que garantiria emprego e renda com geração de políticas públicas de inclusão e que, na verdade, toda gama de pesquisa ou de conversas sabem que, lamentavelmente, embora tenham vindo milhões reais para vários projetos, dinheiro municipal, federal, da Braskem, etc., os custos foram poucos. O que foi realizado não garantiu emprego e renda, as pessoas estão tendo seu material apreendido na rua e ficando sem material de trabalho. Ao mesmo tempo, vemos que a legislação que, com o projeto de lei do Ver. Marcelo Sgarbossa, não vigoraria nos próximos cinco anos, garantindo tempo para que haja uma mobilização necessária para defender o direito ao trabalho e, ao mesmo tempo, uma discussão fundamental na cidade de Porto Alegre que é o cumprimento da lei nacional dos resíduos sólidos.

Quero dizer a vocês que este debate de hoje deve ser visto por duas dimensões: a primeira, a necessidade de derrubar o veto para garantir direito ao trabalho de todos vocês que nos acompanham na tarde de hoje, porque é inadmissível que o Governo fomente o desemprego nessa situação tão grave que estamos vivendo no Brasil de desemprego, de arrocho salarial; e, segundo, tirar a possibilidade de renda de milhares de famílias em Porto Alegre é cruel, é desumano. Nós precisamos derrubar o veto na tarde de hoje. Mas, mais do que isso, é preciso fazer um debate de conjunto, porque todos sabem que há a terceirização dos serviços do Departamento Municipal de Limpeza Urbana. Pelo Plano Nacional de Resíduos Sólidos, e mesmo experiências como as que foram feitas no galpão da Cavalhada, nós sabemos que, se contratassem os carroceiros e os carrinheiros para ser parte da coleta, para garantir a ampliação nas unidades de triagem, para garantir a ampliação dos galpões ou mesmo com carrinhos elétricos garantindo a possibilidade da coleta e da geração de emprego e renda, todos teriam direitos garantidos. Os contratos são milionários inclusive há uma investigação agora envolvendo a questão da prestação dos serviços da Cotravipa, que é um dos debates que está sendo feito na cidade de Porto Alegre. Nós achamos fundamental garantir direitos, mas, mais do que garantir direitos, é fundamental garantir que esses recursos e que a

cadeia e a lógica necessária dos recursos e dos resíduos seja feita com quem conhece, com quem trabalha, com quem é parte cotidiana da garantia de uma Cidade que recicle mais os seus resíduos. Hoje, Porto Alegre recicla menos de 10% de todos resíduos sólidos. Falta educação ambiental, e as políticas de educação ambiental foram extintas por este Governo; falta aplicação do Código Municipal de Limpeza Urbana, que garantiria que 20% das multas seria usado para melhorar os galpões e as vidas dos recicladores de uma forma geral; e falta entender a questão dos resíduos sólidos não como objeto de lucro para meia dúzia de indústrias envolvidas com os resíduos, enfim com essa questão da coleta, mas envolvendo os carroceiros, os carrinheiros, os recicladores, permitindo com que a lei federal seja cumprida e que vocês tenha direito garantido ao trabalho agora, neste momento, e que esse trabalho possa ser incrementado e melhorado com os recursos que a Cidade tem. Mas, lamentavelmente, nós vemos o Governo querer tirar o direito ao trabalho. E nós esperamos que a Câmara corrija essa injustiça, derrubando o veto e garantindo mais um avanço ao Ver. Marcelo, com a aprovação desse importante projeto.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores público que nos assiste, na verdade, eu vou dar continuidade à argumentação da Ver.^a Fernanda Melchionna. Eu creio que nós estamos numa crise econômica muito grave, então qualquer tipo de medida, medidas que ataquem direitos e, sobretudo, que ataquem o direito ao trabalho necessitam ser derrotadas. Não é possível que numa recessão, como nós temos, um trabalho difícil, um trabalho precário, um trabalho sem apoio como é o trabalho dos catadores seja atacado; já é um trabalho difícil, já é uma parte da nossa população que vive em condições difíceis, condições precárias e se defende como pode, num serviço que poderia, inclusive, ser muito melhor utilizado pelo Governo. Mas não é utilizado porque o Governo não pensa nesse caso em incentivar o trabalho das pessoas que mais necessitam.

Quando a Câmara de Vereadores votou esse prazo de cinco anos, votou e votou por ampla maioria, talvez até por consenso, compreendendo essa necessidade básica de que não é possível, numa recessão, cortar o direito ao trabalho das pessoas que necessitam trabalhar. E o Governo Marchezan veta essa compreensão da maioria dos Vereadores. Qual o sentido do veto? O sentido é jogar na rua da amargura centenas e centenas de famílias, perseguição aos pobres da cidade. Qual o sentido do veto? É um veto absurdo! É um veto desumano! Ouvei uma declaração, Ver. Moisés, do Vice-Prefeito Paim, dizendo que “não tem problema, nós vamos garantir fontes alternativas de trabalho para essas famílias”. Mas que conversa é essa?! O Governo não garante nada para ninguém; é um Governo que só corta direitos, um Governo que só ataca os trabalhadores. O Governo começou esse semestre planejando ataque aos servidores públicos, uma série de ataques, ataques para reduzir o salário dos servidores públicos, alegando falta de recursos. O Governo começou o semestre atacando a população que necessita de transporte público cortando a segunda passagem, tratando de cortar uma série de isenções para, na verdade, beneficiar os grandes empresários. O Governo alega que não tem recursos para fazer nada, e o Vice-Prefeito diz que os carrinheiros não precisam se preocupar porque o Governo vai dar um jeito, vai ter fontes alternativas de trabalho. Isso não é verdade! Há uma política do Governo Marchezan de atacar os mais pobres da Cidade, e os Vereadores não podem permitir isso. Isso é básico. Nós estamos pedindo, e sei que o Vereador Janta, no tema do transporte cumpriu um papel positivo. Eu sei que o Ver. Janta disse: “Isso não! Isso é demais, Prefeito Marchezan, o senhor já está exagerando nos seus ataques aos direitos da população!”. O Janta disse isso na tribuna. A Fernanda Melchionna elogiou o Janta. Eu acho que o Janta, inclusive, continua Líder do Governo; se continua Líder do Governo, o Janta precisa ter essa sensibilidade para garantir que o projeto básico do Ver. Sgarbossa seja mantido, porque esse projeto básico garante o direito ao trabalho para as pessoas mais necessitadas. E não é possível que a Câmara de Vereadores se curve ao autoritarismo e à falta de sensibilidade do Prefeito Marchezan.

Por isso o apelo que nós fazemos é para que se mantenha o que a Câmara de Vereadores decidiu, e para que a Câmara de Vereadores não aceite essa medida brutal de um Governo que, infelizmente, não está pensando na população mais pobre da Cidade, não está pensando nisso. Se estivesse pensando nisso, teria respeitado o acordo

feito pelos Vereadores. A partir desse acordo feito pelos Vereadores, se pode ir buscando soluções que melhorem a coleta de lixo, soluções que integrem as pessoas num trabalho com melhores condições, inclusive utilizando a tecnologia, para que se tenha, de fato, máquinas, carros que possam fazer esse serviço. Mas, enquanto isso não existe, não é possível, na promessa de algo para um futuro que não existe, que se tenha o corte do direito básico ao trabalho. O direito ao trabalho deve ser sagrado, portanto, nós apelamos a favor da proposta do Ver. Sgarbossa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DR. GOULART: Presidente Cassio Trogildo, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, povo que nos ouve, bravos trabalhadores da locomoção do lixo, carrinheiros e carroceiros que aqui nos visitam. Quero lembrar que esse trabalho começou quando eu estava na Presidência da Câmara de Porto Alegre e solicitei uma comissão para que a gente estudasse esse problema, que não era só um problema econômico, não era só um problema de recursos que o Governo poderia ajudar, mas era também, para os carroceiros, um problema de segurança, principalmente quando atravessavam aquela ponte do Guaíba indo lá para a Ilha da Pintada, onde tem muita gente que trabalha com carroça. Imaginei – e o Sebastião Melo era o nosso relator – que há anos atrás estivesse tudo resolvido, porque nós conversamos com os carrinheiros e os carroceiros e se resolveu o problema. Agora, vejo que isso não aconteceu. Estive na SMIC e no DEMHAB, há algum tempo, e nesse tempo não acompanhei aqui na Câmara o que estava acontecendo, quando fico sabendo agora que está sendo vetado aquilo que foi combinado com os Vereadores aqui, que é também do interesse dos carrinheiros e dos carroceiros.

Então, senhores e senhoras, vamos votar a favor deles. (Palmas.) E, além desses incentivos que podem ser dados, não esquecer que eles limpam a Cidade também. Eles limpam a Cidade! O PTB não poderia se ausentar dessa conversa e deixar tomar esse caminho, porque o PTB é o Partido Trabalhista Brasileiro. Viva os carrinheiros e os carroceiros! (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que está nas galerias assistindo à Sessão conosco. Venho a esta tribuna hoje para informar, especialmente ao Executivo que agora está enviando vários projetos que discutem impactos de custo no nosso Município, despesas, que ainda não foi apresentado o balanço da Carris em 2016, o que, de acordo com a lei das S.A. seria necessário ser feito. Então, estou pedindo informação sobre quando ocorrerá esta apresentação do balanço referente a nossa Estatal deficitária que nos custa mais de 50 milhões de reais por ano, dinheiro que poderia estar sendo aplicado em saúde, educação, segurança, mas, infelizmente, está sendo aplicado para sustentar uma empresa de ônibus deficitária. Da mesma forma, este Pedido de Informações que estou protocolando hoje diz respeito também a qual motivo que fez com que não fosse publicado ainda, uma vez que, nesse primeiro semestre, nós já direcionamos em torno de R\$ 20 milhões para a nossa estatal municipal de transportes. Na minha opinião, e aqui gostaria de trazer também a opinião do Partido NOVO, é inadmissível que um Município, como Porto Alegre, continue tendo uma estatal de transportes, pior ainda, deficitária, enquanto a gente não consegue ter bons índices educacionais, enquanto a gente não consegue ter postos de saúde, atendendo satisfatoriamente a população, enquanto a gente não consegue ter um bom diálogo e pagamento dos nossos fornecedores, incluindo aí os servidores. Então, precisamos rever a forma como estamos organizando a gestão do nosso Município, e isso passa, necessariamente, por rever se queremos ou não ter uma estatal de transporte e se queremos ou não ter esse modelo de transporte público que temos hoje, que basicamente protege o oligopólio e o coloca, o engessa dentro de regras bastante complexas de serem cumpridas, e, por isso, o nosso serviço de transporte público é tão ruim e tão caro. Pela atenção de todos, eu agradeço.

E quero aproveitar este minuto de fala também para dizer que, sim, sou a favor de que a gente dê mais prazo para que os carrinheiros possam trabalhar. Fui favorável, desde o início, a esse projeto, porque acredito que não só é um serviço que acabam emprestando

diversos indivíduos do nosso Município à limpeza urbana, como também é uma forma de integração e de trabalho que a gente precisa dar um jeito de enquadrar, porque não é possível que a gente simplesmente proíba de circular e não tenha nenhuma alternativa. Já que as alternativas tentadas não funcionaram, a gente precisa dar mais prazo para resolver isso, e não simplesmente deixar na insegurança jurídica de não saber o que vai acontecer no dia de amanhã. Então, por isso, obrigado pela atenção de todos. (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): (15h20min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

O Sr. Cassiá Carpes (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 288/16, com Veto Total. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassiá Carpes. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 288/16, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 288/16, com Veto Total.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, recicladores e catadores presentes, o Governo, na questão desse projeto, ouvindo a Secretária de Assistência Social, fez um acordo para a votação deste projeto do Ver. Marcelo Sgarbossa, e o Ver. Reginaldo Pujol, a pedido do Governo, apresentou uma emenda, que nós aprovamos. Então, havia um processo de troca na Procuradoria do Município, e venho encaminhar, em nome do Governo, para rejeitarmos esse veto do Sr. Prefeito de Porto Alegre e mantermos o acordo firmado nesta Casa, juntamente com a Secretária Paludo, com os membros desta Casa e com o Governo. É isso que o Governo tem para encaminhar neste momento: a derrubada do veto. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLL nº 288/16, com Veto Total.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa tarde a todos e todas. Em meu nome e em nome dos meus companheiros Vereadores Adeli, Oliboni, Sofia Cavedon, do Partido dos Trabalhadores, queremos saudar a presença de todos. Ficamos realmente muito felizes, estávamos numa tensão muito grande até o pronunciamento do Ver. Janta, que é Líder do Governo, porque não é de hoje que estamos tratando do tema. Desde o primeiro ano do nosso mandato, já protocolamos um projeto para prorrogação do prazo, acabou sendo derrubado nas Comissões. Reapresentamos este projeto e, no final do ano passado, em setembro do ano passado, conseguimos a prorrogação por seis meses, isso acabava em março deste ano. A prorrogação do quê? Da possibilidade de vocês trabalharem, permitindo que continuem circulando, trabalhando, sustentando suas famílias e prestando um serviço ambiental inestimável para a Cidade. Aliás, segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos, uma lei federal, vocês deveriam ser, inclusive, remunerados pelo trabalho que fazem (Palmas.), porque fazem um trabalho fundamental para toda a nossa Cidade. Muitos Municípios já estão nessa linha, Ver. Tarciso, e já contratam diretamente as cooperativas e associação de catadores e catadoras dispensando inclusive a licitação, porque isso está previsto na lei. A Política Nacional de Resíduos Sólidos dispensa de licitação a contratação direta das associações e cooperativas de catadoras e catadores. É assim que Porto Alegre deveria se mover, no entanto resolveu proibir a circulação, portanto o trabalho de vocês. Nós aqui claro que discordamos de fundo, não de Todos Somos Porto Alegre. Não temos nenhum problema em que sejam oferecidos cursos, aqueles que desejarem façam outra atividade profissional, mas sem a proibição, porque vocês, inclusive, não foram ouvidos quando a lei foi feita, e esse é o problema central! (Palmas.) Toda política deve ser feita com aqueles que participam dela e são atingidos diretamente por elas. Eu entendo quando vem o argumento: “Bom, é desumano esse trabalho”, mas, primeiro, são vocês que têm que dizer se é desumano ou não. Se for desumano, se for penoso, deve o Poder Público dar todo o equipamento, todas as condições necessárias. Essa é a Política Nacional de Resíduos Sólidos que Porto Alegre deveria seguir.

Eu não quero trazer aqui tanto conteúdo, mas dizer que os Vereadores que, no começo deste ano, por uma emenda do Ver. Pujol, passa para 2022 o prazo de proibição e circulação. Ou seja, lá em 2022 teremos que discutir novamente, mas acredito que até lá um novo conceito da reciclagem estará em pé em Porto Alegre, permitindo todo o trabalho de vocês e todo o acúmulo que vocês têm nessa coleta humanizada. Eu quero colocar um vídeo aqui em homenagem a vocês, ao trabalho que fazem e cumprimentar aqui o Governo que, neste último momento, muda de opinião e orienta inclusive seus Vereadores da base para derrubarem o próprio veto do Prefeito Marchezan Júnior. Por favor, o vídeo.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Para concluir, Presidente, quero saudar todas as comunidades que estão aqui, a Vila Dique, Nazaré, Vila dos Papeleiros, Vila Santo André, Liberdade, Esperança, Tio Zeca, Campos Verdes, Beco X, São Pedro, Vila do Sossego, Planetário e Areal da Baronesa. Parabéns para vocês, hoje é um dia de festa, porque se garantirá o direito ao trabalho, pelo menos, até 2022. Seguiremos vigilantes para conseguir, inclusive, no futuro, mudar o projeto e permitir, como falei no início, que a Prefeitura contrate os serviços ambientais das cooperativas e associações. Obrigado.
(Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para discutir o PLL nº 288/16, com Veto Total.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; nosso Líder do Governo, Ver. Janta; cidadãos e cidadãs das galerias; quero, inicialmente, saudar, valorizar e reconhecer a luta dos carrinheiros aqui em Porto Alegre, que estão, de forma pacífica, pleiteando algo muito justo e nobre, que é a sua renda, que é o seu salário, que é aquilo que gerações que os antecederam aprenderam a cultura de trabalhar com a reciclagem, seja com o carrinho, seja com a carroça, seja na unidade de triagem ou

como for, fazendo da reciclagem o ganha-pão, a renda da sua família, o que dá dignidade para a pessoa humana.

Quero agradecer muito a postura da Secretária de Desenvolvimento Social, Paludo, a articulação do nosso Líder do Governo, Janta, e a todos os Vereadores que, no dia de hoje, estão garantindo que vocês continuem trabalhando para poder sustentar as suas famílias, a sua renda, diferente de muitos que, em algum momento, não tiveram a capacidade de discernir o caminho do bem e do mal e, infelizmente, se tornaram criminosos. Vocês, apesar de toda a dificuldade que passam nas vilas, que eu conheço muito bem, porque em 1999 eu fui acolhido pelos carroceiros e carrinheiros do bairro Farrapos, do bairro Humaitá, do bairro Navegantes. E eu sei o que é a dificuldade que vocês passam, sei o que é não ter acesso, como deveriam, à educação, à saúde, ao emprego e à segurança. Mas decidir não ir para o crime, decidir trabalhar com dignidade, com honra, como vocês todos que estão plantados aqui (Palmas.) se propuseram para garantir o sustento da sua família e dos seus filhos. Fico honrado de fazer parte desta Casa que já votou a favor da prorrogação do prazo e vem hoje ratificar o que nós já nos comprometemos com vocês e com o Governo. Temos, também, que não parar por aqui, nós temos que fortalecer a estrutura das nossas unidades de triagem, nós temos que melhorar o abastecimento das nossas unidades de triagem, nós temos também que combater o foco de lixo, mas de forma pedagógica; nós temos que combater o comércio clandestino, mas de forma pedagógica; porque a contribuição que o reciclador dá para a comunidade, para toda a Porto Alegre é fantástica. Ela, sim, ajuda na questão da proteção do meio ambiente. Nessa questão da reciclagem, nós temos que propor, Presidente Cassio Trogildo, Ver. Janta e demais Vereadores, cada vez mais dialogarmos com o Governo, para que vocês tenham cada vez mais segurança, mais respaldo, mais organização, porque não há um motivo para que se acabe com o carrinheiro, com o transporte de papel, de material reciclável através do carrinheiro. Então fico muito feliz com o dia de hoje, isso dá condições de vocês trabalharem mais um longo período na reciclagem, dá condições de nós, dialogando de forma integrada, democrática, plural com os carrinheiros e o Governo, criar também essas outras ações que vão possibilitar que a renda de vocês cada vez aumente mais e com mais segurança. Muito obrigado pela atenção e vida longa aos recicladores de Porto Alegre! (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLL nº 288/16, com Veto Total.

O SR. CASSIÁ CARPES: Essa gente trabalhadora que está aqui, que quer continuar o seu trabalho, um trabalho justo, honesto, e que veio a esta Casa e teve, na oportunidade em que votamos, 34 votos a favor, nenhum contra. Hoje vamos contar com o voto do Ver. Robaina, que não estava aqui naquele dia, mais o voto do Robaina. Foi ausente naquele dia, ele vai nos ajudar a aumentar esse quórum, porque nós entendemos que é muito importante. Inclusive, naquela reunião, na qual estava representando a Comissão do Consumidor e dos Direitos Humanos, Ver. Robaina, nós demos a ideia... É uma brincadeira, não leva a sério. Está hoje junto conosco, votando. Nós lá sugerimos que vocês tivessem – por que não? – junto ao Bannisul, uma linha de crédito, para que vocês pudessem crescer ainda mais nas suas atividades. O Bannisul é o Banco do Rio Grande. Eu tenho certeza que nós aqui, Ver. Robaina, juntos, podemos fazer uma visita ao Bannisul, ao Badesul, que é do BNDES. Para vocês entenderem, o BNDES, agora, está abrindo para micro, pequena e média empresa, pois só dava para os Grandes. Esse que emprestou dinheiro para Cuba, Venezuela, Irã, só dava para os grandes. Até isso dá para nós fazermos, ir lá no Badesul, que representa, aqui no Estado, o BNDES. Por sinal está na Constituição que 40% do FAT, Fundo de Ampara do Trabalhador, vai para o BNDES, e aí vai para os grandes só. Não! Por isso, nós vamos votar mais uma vez. Houve o entendimento do Líder Janta de que nós não poderíamos arredar pé, ou seja, não teve nenhum voto “não”, essa já estava com vocês, continua com vocês e entende que vocês podem progredir, melhorar a capacidade de trabalho para sustentar suas famílias, para viver bem na nossa Cidade. Caso contrário, iriam jogar vocês à margem da sociedade que já está em péssimas condições, onde as pessoas estão morando debaixo das pontes, dos viadutos. Vocês querem trabalhar, e nesse sentido é que nós vamos votar, derrubando o veto do Prefeito, embora, agora, ele já tivesse até concordado. Até por que, sem dúvidas, seria injusto penalizar vocês mais uma vez. Parabéns, vamos votar juntos. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLL nº 288/16, com Veto Total.

O SR. DR. THIAGO: Caros colegas Vereadores, trabalhadores da reciclagem de Porto Alegre, antes abdiquei do meu tempo para podermos ser mais céleres. Quero dizer a vocês que vou acompanhar meu posicionamento na votação anterior, vou acompanhar meu posicionamento na derrubada do Veto na CCJ, e vou acompanhar meu posicionamento que é histórico e que tem sido no sentido de fomentar o trabalho daqueles que mais precisam de trabalho para que estes, sem dúvida nenhuma, não precisem adoecer. Quero fazer uma consideração, Ver. Janta, que nós não precisemos continuar tendo esses retrabalhos. É fundamental que o Executivo tenha uma atuação mais criteriosa na análise dos projetos votados nesta Câmara, o que não está acontecendo. E nós, constantemente estamos tendo retrabalhos, estamos tendo conflitos que não precisaríamos ter. Então, Ver. Carús, quero ratificar essa posição, e, sem dúvida nenhuma, parabenizar vocês por essa magnífica mobilização pacífica, que sem só pode vir travestida de conquista de direitos. Parabéns, e que possamos, sem dúvida nenhuma, fazer o que a emenda do Ver. Pujol, do meu Partido, previu, que é dar mais uma década para que os trabalhadores possam se organizar cada vez mais, e possam, sim, não ter uma solução de continuidade, poderem fazer uma migração, talvez, para uma atividade um pouco diferente, mas que sem dúvida nenhuma, possa continuar a fazer o que vem fazendo, que é ser um dos grandes médicos do meio ambiente da Cidade de Porto Alegre. Parabéns pelo trabalho de todos vocês. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para discutir o PLL nº 288/16, com Veto Total.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde a todos os presentes, eu vim a esta tribuna – apesar de os que me antecederam terem contemplado o que eu vinha dividir com as senhoras e com os senhores sobre o recorrente tema desta tarde, que é a questão dos carrinhos e dos carrinheiros que estão aqui presentes. Mas eu preciso aqui dividir em dois blocos essa questão do Veto para que não se cometa uma pequena

injustiça com muitas pessoas. Primeiro lugar, explicar que há, sim, a discussão pública sobre o tema, mas também há uma explicação técnica para as coisas que aconteceram. Quando esse tema veio a esta Casa, para que se faça justiça perante os senhores e as senhoras que estão nas galerias, para com várias Vereadoras e Vereadores que estão aqui, toda esta Casa, inclusive, a base do Governo do Prefeito Nelson Marchezan, votou favoravelmente aos senhores e às senhoras. E isso, na época, quando se fez a consulta de por que teria vindo essa indicação de veto do Poder Executivo, a equipe jurídica, que estava à frente da questão da PGM, nos enviou tecnicamente aqui uma justificativa simples: “Que a regulação da circulação de veículos em vias públicas é tema de iniciativa exclusiva do Poder Executivo. Então, nenhum de nós, Vereadoras e Vereadores, poderíamos, por regras legais, legislar sobre isso.” Essa é a justificativa técnica daquele momento ter vindo a esta Casa aquela proposição que toda a Casa, com exceção do Ver. Roberto Robaina, que não estava presente, votou unanimemente que os senhores continuassem a fazer o seu trabalho até que a gente pudesse conjuntamente achar soluções para a questão do trabalho, renda das famílias das senhoras e dos senhores. Então, só não quero cometer o equívoco, que eu ouvi aqui, que só agora o Governo Marchezan, ou só agora a base desta Casa, a base do Governo Marchezan teria entendido. Não, todos nesta Casa votaram a favor do pedido das senhoras e dos senhores. Não permitam, em nome desta Casa, e fazendo justiça a todas as colegas e todos os colegas, que digam o contrário para as senhoras e senhores. Essa é a verdade, então, temos tudo registrado. É mais uma tarde que a Câmara de Vereadores está de parabéns por termos, todos juntos, chegado à conclusão do que é melhor no campo político, que é defender a situação das senhoras e dos senhores – em nome de todos os Vereadores, também, para que o Líder do nosso Governo, o Ver. Cláudio Janta, não seja injustiçado, porque esteve nesta tribuna na outra oportunidade fazendo um acordo de aprovação deste tema. Era o que constava, Presidente, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para discutir o PLL nº 288/16, com Veto Parcial.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente, colegas Vereadores, Ver. Cláudio Janta, Ver. Moisés, líderes do Governo, eu aprendi com o meu bisavô que o acertado não dá prejuízo, que aquilo que foi combinado, acordado, acertado tem que ser cumprido. Os romanos diziam isto: *pacta sunt servanda*, os pactos têm que ser cumpridos. Essa matéria foi pactuada aqui na Casa, foi pactuada com o Governo, foi pactuada entre os Vereadores. Nós encontramos um mínimo denominador comum e fizemos um acordo político, Ver. Dr. Goulart, fizemos um pacto pelo bem comum, pensando na Cidade, mas também pensando nesse povo trabalhador que está aqui e que presta um grande serviço na Cidade, em que a própria reciclagem do lixo não é o ideal que nós sonhávamos.

Neste momento de discussão, Sr. Presidente, eu quero dizer, por uma questão de objeção de consciência, que eu vou votar pela derrubada do veto. Por que farei isso? Porque nós vemos aqui pessoas que estão dando duro, trabalhando; nós não podemos, da noite para o dia, tirar o ganha-pão, resolver uma questão de urbanismo criando um problema social, resolver uma questão da Cidade gerando um problema, talvez, muito maior. Então eu quero dizer a vocês que estão nas galerias que contem com o meu voto para que vocês possam continuar nessa atividade, estabelecendo um diálogo para que vocês entendam que esse é um prazo para que o Governo e a Cidade possam ajudá-los a buscar uma outra atividade. É um período de adaptação, de adequação em que todos nós temos que buscar esse momento novo da Cidade. É um prazo para que vocês não fiquem à mercê do desemprego, sem atividade, sem trabalho. É um prazo que a Cidade está dando para se reconstruir nessa área, para buscar novos caminhos, inclusive para vocês. Então nós precisamos, colegas Vereadores, não só decidir quando começa ou termina esse trabalho, mas discutir as alternativas. Temos aqui uma questão humanitária, uma questão social profunda que vai além de autorizar ou permitir o trabalho dos carrinheiros e carroceiros, que é o tipo de renda ou de atividade podemos oferecer, oportunidades para que todos busquem o seu ganha-pão, o seu bem-estar e a sua dignidade como ser humano. Contem com o meu voto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para discutir o PLL nº 288/16, com Veto Total.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Presidente, Vereadores, Vereadoras, todos que nos assistem aqui neste momento, sei da ansiedade de todos vocês, que deixam Porto Alegre bonita e limpa. Sei da ansiedade, já passei inúmeras vezes por isso, pela hora de votar, por isso, vou ser bem rápido, porque o que interessa a vocês é o voto. Tenho certeza que os colegas serão sensíveis ao trabalhador. Lembro que na minha primeira candidatura, a primeira vila que eu estive foi na Vila dos Papeleiros, que hoje é Vila Santa Teresinha. Fui lá pedir voto e fui muito bem recebido. Eu não esqueço e não vou esquecer nunca, eu votei “sim” na primeira com vocês e eu mantenho porque eu vejo que é justo, digno para todos vocês trabalhadores que querem deixar essa Cidade limpa e querem trabalhar, educar os seus filhos, trazer os seus filho para um caminho do bem e formar os seus filhos como cidadãos, eu prezo muito isso. E não existe outro lado no meu coração, existe só um lado: o lado do amor, o lado daqueles que querem vencer, porque eu lutei muito na minha vida para vencer e tiveram pessoas que me deram a mão e que me levaram para o caminho do bem. Então, aqui quero que o meu voto represente a luta de vocês e o sonho da família e dos seus filhos. Meus parabéns, obrigado. (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLL nº 288/16, com Veto Total.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, dizem que quem quer ver algum projeto ser aprovado na Casa explique direito esse projeto e evite o maior número de discurso. Eu acho que esse projeto está devidamente explicado, as manifestações que ocorreram até agora, todas unânimes, e são no sentido de confirmar o que a Casa, no amplo apoio, consolidou há uns meses, quando unanimemente, com 34 votos contra nenhuma objeção, aprovou o projeto de lei do Ver. Sgarbossa, o qual tinha uma emenda de minha autoria. A minha autoria consta porque, como líder de bancada, eu podia assinar a emenda, mas era fruto de um consenso geral; não é primazia minha, não é propriedade minha, não é inclusive intenção exclusiva minha, havia um consenso das lideranças de que deveria ser atenuada a proposição do Ver. Sgarbossa, que democrática e inteligentemente concordou conosco e gerou a unanimidade. Então, senhores, senhoras, nós temos, sem mais delonga, de liberar todo

esse pessoal que está aqui nos ouvindo, confirmando aquilo que nós já decidimos, e fazendo com a maior tranquilidade. Essa conversa de antijuridicidade na matéria não tem nem sequer fundamento jurídico. Essa lei, desde o começo, teve início legislativo, fruto numa comissão mista do Governo Municipal, da época, e da Câmara de Vereadores; já foi alterada anteriormente por iniciativa de Vereadores desta Casa. Então, não há como se falar em invasão de competência privativa porque não há invasão nenhuma, o que há é um equívoco lamentável contrário aos interesses dessa comunidade e contrário à decisão unânime da Casa. Tem que rejeitar esse Veto agora, e já! (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 288/16, com Veto Total.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, nós já decidimos, já votamos favoravelmente. Fizemos esse debate agora na Comissão de Constituição e Justiça e tomamos posição a favor da expansão do tempo para os carrinheiros. Em nome do trabalho, da dignidade da pessoa humana, votaremos sim. Mas também queremos discutir aqui daqui pra frente a dignidade do seu trabalho, queremos discutir os atravessadores, queremos discutir as condições e todas as outras questões atinentes ao seu trabalho. Em defesa do trabalho, da dignidade da pessoa humana, voto “sim”.
(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Cláudio Janta (Requerimento): Sr. Presidente, na semana passada, na Mesa Diretora, foi aprovada uma comissão especial, e depois no Colégio de Líderes, para discutir o sistema de transporte de Porto Alegre. Queria encaminhar a V. Exa. um documento solicitando a suspensão da tramitação dos projetos protocolados nesta Casa referentes ao sistema de transporte pelo prazo de 120 dias. Queria entregar para Vossa Excelência.

(O Ver. Cláudio Janta procede à entrega do requerimento.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir o PLL nº 288/16, com Veto Total.

O SR. JOSÉ FREITAS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, plateia que nos assiste, trabalhadores de Porto Alegre; nós somos prova de que o Governo passado tentou fazer alguma coisa para os carrinheiros em relação a cursos, mas eu acho que ficou muito deficiente, que não contemplou os senhores e as senhoras. Então, eu rogo que o novo Governo venha a ter um olhar diferente para os senhores em relação a cursos, em relação a oportunidades, a moradia, a um conjunto de coisas, não só cursos. E eu rogo que o Prefeito venha a ter um olhar para o trabalho dos senhores, que muitos falam que é lixo: “Ah, eles trabalham com lixo!”. Esse lixo, o dito lixo, na verdade, é uma grande riqueza. Muitos Estados e muitos países fazem desse lixo dinheiro e oportunidade para muitas pessoas. Os senhores podem contar conosco, contar com a nossa bancada do PRB, para nós trabalharmos junto. Eu quero parabenizar a Secretária Paludo por ter esse diálogo com o Governo, com o Prefeito, para dar mais tempo aos senhores. E não é somente os senhores continuarem trabalhando, mas que o Governo venha a ter um olhar diferenciado e trabalhar para dar mais oportunidades para os senhores. Contem conosco. Um abraço para todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 288/16, com Veto Total.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores que acompanham nossos trabalhos na tarde de hoje, público que nos assiste pela TVCâmara, Vereadores e Vereadoras, eu gostaria, neste momento de discussão do projeto, de saudar a iniciativa do Ver. Cláudio Janta, Líder do Governo, em fazer a comunicação para justamente a derrubada do veto sobre este assunto que é tão importante para a nossa Cidade. Sabemos que, como políticas públicas, o serviço prestado pelos coletores e catadores de resíduos sólidos é imprescindível porque a nossa Cidade tem, historicamente, uma péssima gestão com relação aos seus resíduos, infelizmente. Nós depositamos os resíduos sólidos desta Cidade no Município de Minas do Leão, a cem quilômetros de

Porto Alegre, e boa parte do que vai destinado a essa área gera um ônus para os cofres públicos, porque o caminhão de transportes chega até lá, é verificada a quantidade de resíduos na entrada e é verificado na balança a massa do caminhão na saída; portanto, o Município de Porto Alegre paga por qualquer quilo de resíduo que seja depositado no aterro sanitário. Isso gera custos para a nossa Cidade, isso, literalmente, é o dinheiro da nossa cidade de Porto Alegre indo para o lixo, infelizmente. Se nós tivéssemos o aprofundamento nas políticas de triagem, de catação e de destinação correta desses resíduos, nós poderíamos ter uma economia fantástica para os cofres municipais e uma geração de renda bastante significativa para as pessoas que dependem dessa atividade laboral. Portanto, precisamos agir com maior responsabilidade, porque o projeto em questão apenas nos dá tempo para ver alternativas, porque, em 2020, o projeto perde a validade. Então precisamos, desde já, nos antecipar a esse problema e já começarmos a discutir alternativas e estratégias para 2020, que é quando vence o projeto, e aí se perde a garantia no direito de trabalho de todos vocês, catadores e catadoras, que acompanham as nossas discussões. O ano de 2020 está aí, o tempo voa. Quando esse projeto foi protocolado aqui na Câmara em 2008 – 2008, vejam bem, faz bastante tempo –, durante muitos anos nada aconteceu, nenhuma movimentação, e, quando estava findando o período para que as pessoas – vocês – pudessem atuar, foi uma correria para tentar tapar o sol com a peneira.

Portanto, eu peço que aquele que ocupa o Paço municipal, que tem a caneta na mão e a responsabilidade de gerir esta Cidade para todas as pessoas, não deixe para a última hora e arque com a sua responsabilidade de pensar as estratégias para esse problema, que é grande e que precisa ser enfrentado. Nós não podemos fechar os olhos ou deixar para mais tarde, para o ano que vem. A nossa Cidade precisa de uma política séria e comprometida para enfrentar esse grave problema, que é a produção excessiva de resíduos e a destinação não correta dos mesmos.

Eu gostaria, em nome da minha categoria, que é a parte dos ambientalistas, e como biólogo de formação, de agradecer a todos os catadores, carrinheiros e carroceiros que trabalham nesta Cidade, porque é o trabalho de vocês que obviamente gera o sustento de suas famílias, que também gera uma grande economia para a nossa Cidade. Parabéns a todos vocês, que vocês possam desempenhar as suas atividades laborais de forma digna,

de forma responsável e a serviço da população e da cidade de Porto Alegre. Um grande abraço a todos. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLL nº 288/16, com Veto Total.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo nosso Presidente da Casa, Ver. Cassio Trogildo; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; público que acompanha nossa Sessão, mais precisamente os carrinheiros – sejam bem-vindos. Nós, da Bancada do PT – já foi feito o pronunciamento do nosso colega, Ver. Marcelo, autor do projeto de lei, como também dos demais colegas Vereadores –, vamos acompanhar, com certeza, a derrubada do veto, porque entendemos, nobre amigo, Matos, lá do Campo da Tuca, que está aqui acompanhando, que esta é uma atividade que dialoga com a área social de Porto Alegre. Não dá para nós simplesmente, num gesto de desconhecimento, Ver. Engº Comassetto, entender que só poucos ou alguns merecem ver o sol. As pessoas merecem, sim, não só ver o sol, como também ver as oportunidades que podem aparecer no dia a dia na vida do cidadão. Tirar essa atividade que dialoga com a reciclagem não só não é justo, não é digno, porque são centenas ou milhares de pessoas, mas tira o sustento da sua família. Por isso nós entendemos que o nobre Prefeito Marchezan Jr., além de não dialogar com a Câmara, procura mandar para cá não só vetos sem dialogar com a base, mas, mais precisamente, pacotes de projetos que indignam a população de Porto Alegre, como por exemplo, o fim da segunda passagem, a redução do passe livre, da meia passagem, e tantos outros projetos que massacram a vida, por exemplo, do servidor público.

Nesse sentido queremos reforçar a grande importância que tem vocês continuarem dialogando com a Câmara, com as comissões da Casa, trabalhando com uma ideia de um projeto futuro, para que não venha para cá, daqui a cinco anos, novamente. Então, independente de quem for o Prefeito, esperamos que dialogue com vocês, que reconheça essa profissão, esta área de extrema importância para a Cidade, porque vocês merecem também dignidade. Parabéns pelo movimento de vocês.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Dr. Thiago assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra para discutir o PLL nº 288/16, com Veto Total.

O SR. PAULINHO MOTORISTA: Boa tarde, Presidente, Ver. Dr. Thiago; demais Vereadores; pessoal que nos assiste em casa e nas galerias; nossos amigos carrinheiros presentes. Eu posso falar com propriedade, porque, por 24 anos, trilhei toda essa estrada como motorista de ônibus, acompanhei bastante o trabalho desse pessoal no dia a dia. Fiz muitos amigos, porque, muitas vezes, tinha que dar uma segurada no ônibus para que eles atravessassem ou pegassem aquela mercadoria, e nunca me atrapalharam no meu dia a dia. Os nossos carrinheiros sempre trabalharam com muita honestidade, e eu os acompanho há bastante tempo. Cada carrinheiro tem a sua família, não é só o sustento dele, é o sustento da sua família, de seus filhos, de sua esposa. Então, com certeza, eles só querem trabalhar, não estão pedindo nada para ninguém. (Palmas.) Eles só querem ter o seu trabalho, o seu sustento dignamente, porque, de fato, hoje eles estão aí presentes, reunidos... Eu já conversei com eles na semana passada, e a posição do PSB é favorável – e eu falo em meu nome e do meu parceiro, Ver. Airto Ferronato, que também é favorável às minhas palavras, ao que estou dizendo aqui. E não vou me alongar, quero deixar um abarco a todos carrinheiros, sendo da zona norte, zona leste, Centro, Extremo-Sul, zona sul, porque conheço bastante e posso falar que tenho amigos e acompanho bastante o trabalho deles no dia a dia. Até tem um rapaz ali na Cavalhada, que eu acompanho sempre o seu trabalho, o camarada está sempre sorrindo, de bem com a vida, sempre passa com seu carrinho. Sempre que eu passava com o ônibus, eu dava aquela abanada, aquela buzina, e eu via a sua alegria de estar saindo de manhã cedo para buscar o sustento da sua família. Ele não está indo passear. E muitas vezes, no trânsito, muita gente começa a buzinar atrás do carrinho, mas, se um carro para em sua frente, o camarada não buzina, o camarada espera! (Palmas.) E como se trata de um trabalhador, o camarada fica ali enchendo o saco, buzinando e pedindo para sair da frente, mas ele tem o seu trabalho, ele tem a sua sala, o seu ar-condicionado lá para trabalhar no dia a dia. O camarada está ali buscando o sustento abaixo de sol, abaixo de chuva. Então, podem contar com o PSB, com a nossa Bancada, e com vários

Vereadores, eu sei que a maioria – creio que até todos, não posso falar por todos – pensa como eu, está a favor de vocês. Contem com a gente, um grande abarco. Parabéns aos nossos carrinheiros, sempre! (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 288/16, com Veto Total.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Presidente Cassio, senhores e senhoras, Vereadores e Vereadoras, primeiro, quero dizer que é uma linda vitória do movimento dos catadores e das catadoras da cidade de Porto Alegre. E é uma vitória que deveria ser de outro tamanho, de outra qualidade. Nós gostaríamos aqui que vocês não estivessem perdendo um turno de recolhimento do lixo seco para transformá-lo e reciclá-lo; de não estarem em suas casas fazendo isso com suas famílias, para terem que lutar por um direito de estar trabalhando nas ruas de Porto Alegre – um trabalho de toda vida. Mas é uma vitória, porque, em tempos de resistência, em tempos duros como este, conseguir que a Câmara inteira, acima de partidos, A, B ou C, o conjunto dos partidos reconheça esse trabalho, reconheça esse direito, esta é uma grande vitória! Então a Bancada do PT, o Ver. Marcelo tem nos representado mais de perto nesse tema, quer que esse tempo, senhores e senhoras, seja um tempo verdadeiro, de produção e de construção da continuidade de um trabalho de forma mais protegida, mais digna, mais respeitada, menos criminalizada, menos exposta, mais rentosa e que tenha, de fato, o seu lugar na cidade de Porto Alegre. Vocês são cidadãos e cidadãs como qualquer cidadão desta Cidade, e têm direito às ruas, têm direito ao esporte, ao lazer, à recreação e principalmente ao respeito. Então, a nós cabe dizer muito obrigada pelo trabalho de vocês. Muito obrigada! E que esse novo tempo seja um tempo de cidadania. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para discutir o PLL nº 288/16, com Veto Total.

O SR. MENDES RIBEIRO: Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos acompanha nas galerias, eu venho a esta tribuna só para fazer um reconhecimento à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de Vereadores, da qual tenho muito orgulho de ser presidente. Quero cumprimentar o Ver. Cláudio Janta, Ver. Dr. Thiago, Ver. Rodrigo Maroni, Ver. Adeli Sell, Ver. Luciano Marcantônio, e dizer que todos estes Vereadores estão completamente do lado de vocês, nesse trabalho tão bonito que vocês fazem para a cidade de Porto Alegre. Quando este veto chegou à CCJ, abrimos uma exceção por causa do acordo, em apoio a vocês, e todos juntos da CCJ colocamos o Ver. Adeli Sell de relator, pela importância do tema e ser um que votaria a favor, apesar de, normalmente, nesta Casa, o relator nunca ser do mesmo partido do autor do projeto. Então, só um reconhecimento à Comissão de Constituição e Justiça por esse gesto nobre, gesto de grandeza de estar ao lado de todos vocês trabalhadores da cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para discutir o PLL nº 288/16, com Veto Total.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara, nas galerias, colegas da Câmara. Logo que veio esse veto, tive a preocupação especial em falar com o Marcelo e fundamentalmente reafirmar que sou completamente favorável ao programa dos carrinheiros. Acho até que dois anos é uma medida paliativa, porque é uma escolha de vocês e, na verdade, é o sustento de vocês. Sempre considerei conscientes, exatamente, pessoas que trabalham como vocês, ao contrário dos carroceiros, para o que, inclusive, quero pedir a ajuda de vocês.

Lamentavelmente na cidade de Porto Alegre existiram carroças, e, lamentavelmente em muitas cidades da grande Porto Alegre, elas ainda existem. Vocês, que convivem e muitas vezes transitam entre os carroceiros, sabem que o que vou falar é a verdade. Semanalmente sou chamado para atender animais em estado terminal, porque foram explorados. Por que faço essa atribuição ao trabalho de vocês? Porque, na minha opinião, o indivíduo que escolhe trabalhar, ou nem escolhe, é a maneira de trabalhar, mas

escolhe a partir da sua própria força, da sua própria condição, tem uma dignidade absoluta. Agora, aquele que explora o animal para trabalhar para si, colocando pesos, muitos... E, lamentavelmente, na maior parte dos casos relacionados às carroças, quando eu chego, o animal não tem mais volta. Infelizmente, os cavalos, apesar de eu ser chamado para casos de cães, gatos que são estuprados, assassinados, quando é caso de cavalo, olha, talvez de dez eu consiga salvar um, tamanho o estado em que os carroceiros deixam os animais. Eles são explorados, muitas vezes batendo...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. RODRIGO MARONI: Não tem problema, quem tem... Graças a Deus que... Talvez tenha gente aqui que trabalha com carroça, e eu não tenho nenhum problema em dizer que estou contrário às carroças, e nós vamos continuar fazendo denúncia. Eu espero que, um dia, o indivíduo que trabalha na carroça vá para a cadeira pelo que faz com os animais. Na semana passada, quinta-feira, eu fui chamada num caso de Viamão, onde o indivíduo tinha lá seis ou sete carroças, e o vizinho dele pegou a égua que, teoricamente, era de propriedade desse indivíduo. Sabem o que eles fazem? Largam em qualquer lixão para o animal morrer a fio ali. Estava aquele animal há 24 horas... Quando eu cheguei com o veterinário, não tinha mais o que fazer.

A consciência dos animais é como a nossa. Um cavalo é como um cachorro, gente! Quem tem um cavalo aqui ou tem familiar que tem cavalo sabe que eles são tão afetivos e tem o mesmo sentimento que um cachorro e um ser humano. E são muito mais amigos, inclusive, do que muitos seres humanos. Quem já trabalhou na carroça sabe o que estou falando ou mesmo quem teve cavalo. São animais conscientes, animais que têm dor, animais que muitas vezes passam fome e que têm que ficar o dia inteiro trabalhando. Eu fui a diversas madeireiras daqui de Porto Alegre que trabalhavam com carroça e botavam quinhentos, seiscentos, oitocentos quilos em cima do cavalo. E aquele animal quebrava a pata, era explorado uma vida toda e a maior parte morria por desnutrição. Eu digo a quem me vaiou aqui: eu não tenho nenhum problema com vaia, até muitas vezes gosto da vaia. Quero dizer o seguinte, não tenho problema. Carrinheiro não é carroça, e é o que eu defendo. É isso aí.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. RODRIGO MARONI: Exatamente. Eu vou votar com os carrinheiros...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. RODRIGO MARONI: Pessoal, eu quero dizer e reafirmar aqui que vou votar com vocês, vou votar favoravelmente aos carrinhos de mão. E quero pedir o apoio de vocês com relação a isso que eu estou falando, que é denunciar quem não trabalha como vocês, que são os carroceiros. Exatamente, quem é carrinheiro... A Cláudia nunca trabalhou com carrinho para estar gritando ali, nem sei com o que trabalha, mas enfim, quero dizer o seguinte: Cláudia, te conheço há anos, trabalhar eu nunca vi. Então quero dizer o seguinte: com relação a vocês vou votar favoravelmente e quero dizer que vamos seguir ao lado dos animais, fazendo a denúncia dos carroceiros. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o PLL nº 288/16, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 288/16, com Veto Total, como autor.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Pessoal, não terminou ainda, nós vamos votar em seguida. Eu estou aqui para usar um minuto e meio, apenas para lembrar que não citei a presença do Campo da Tuca; o movimento aqui está preparando o documento para entregar oficialmente à Câmara; e dizer que a discussão que o Ver. Rodrigo Maroni propõe é uma outra discussão. As pessoas sabem aqui que muitos tratam melhor o cavalo do que a si mesmos, mas eu não quero entrar nisso agora, porque esta tarde é para nós comemorarmos essa mudança de posição do Governo. Quero lembrar que está conosco o falecido Irmão Antonio Cechin, tão atuante nesta causa, sem dúvida, nesta tarde, esteve aqui conosco e influenciou o voto de cada um dos Vereadores. E fazendo uma pequena correção, o nosso projeto original prorrogava para 2022, como eu falei antes, mas, na verdade, a emenda do Ver. Reginaldo Pujol acabou puxando para 2020. Então nós estamos aqui derrubando o veto do Prefeito, nós vamos prorrogar até 2020 a

possibilidade de vocês continuarem trabalhando com os carrinhos. Portanto, não vamos esmorecer, vamos continuar organizados para tentar inclusive influenciar outros rumos dentro da Prefeitura, seguindo, nada mais, nada menos, que a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que é a contratação sem licitação das cooperativas e associações de catadores. É esta a política que espero que o Prefeito Marchezan faça, remunerando vocês pelos serviços que prestam à Cidade.

Quero, por fim, agradecer, em nome do Partido dos Trabalhadores – estou aqui encaminhando em nome do PT – esta mudança de posição do Governo nesta tarde e dizer: parabéns pela mobilização, e vamos derrubar o veto. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 288, com Veto Total.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, é muito rápido. Quero falar duas coisas muito rapidamente, até porque tem um tema que o Maroni trouxe e que eu acho que precisa ser discutido na tribuna.

Primeiro, quero parabenizar toda a mobilização de vocês, homens e mulheres – aliás, a maioria é de mulheres trabalhadoras como sempre, as nossas recicladoras – e dizer que, para nós, obviamente, é muito importante derrubar o veto a este projeto de lei. Este veto vai ser derrubado pela mobilização das associações, das cooperativas, da Avesol, da ANCAT, dos Catadores da Nazaré, da Adic, dos Papeleiros da Zeca. Isso é muito importante, porque mostra que a mobilização faz com que se garantam direitos, em primeiro lugar. E em segundo lugar, na nossa opinião, é preciso fazer uma discussão que, obviamente, o projeto não contempla, Scheila, mas que em nenhum lugar está dito: qual vai ser a alternativa para os carroceiros e as carroceiras da cidade de Porto Alegre, porque vocês lutaram pelos carrinhos elétricos, e nenhum dos governos aceitou; vocês lutaram pelo conveniamento direto, Alex, aqui, perfeitamente, e têm o nosso apoio, da possibilidade, pela Lei Nacional dos Resíduos Sólidos, de que haja contratação das associações e cooperativas – cooperativas de verdade, dos trabalhadores, não as “cooperगतos” que estão por aí, que às vezes são contratadas para explorar trabalhadores, mas as cooperativas de verdade. E vocês sabem quantos municípios

fazem isso hoje no Rio Grande do Sul? Quarenta e seis. Quarenta e seis municípios contratam direto catadores e catadoras, gerando emprego e renda, por exemplo, para os carroceiros. Nós temos exemplos de carroceiros que compraram uma van, economizando o dinheiro de uma vida, para poder transportar resíduos sólidos. O que a EPTC faz? Vai lá e apreende a van!

Nós também não somos a favor de maus-tratos. Aliás, quem está aqui conosco também não é. Nas casas que eu conheço, os cavalos são tratados com mais cuidados ainda do que os próprios membros da família, porque são objetos de trabalho. (Palmas.) Agora, nós somos a favor de ter política de combate aos maus-tratos, junto com eles, que são sujeitos nesse processo. Agora, nós não vamos aceitar que se diga que todos os carroceiros... Aliás, precisa ter política para os carroceiros. E eu quero concluir, perguntando da previsão de que Porto Alegre avance nesse sentido. Por que contratar empresas privadas? E aqui nós tivemos até a Delta, aquela que estava envolvida lá nos escândalos do Carlinhos Cachoeira, até a Delta ganhou vários milhões de reais em Porto Alegre para fazer varrição ou capina, não lembro bem por qual dos cinco contratos privatizados a Delta era responsável. Por que não abandonar as empresas privadas e apostar nesses homens e mulheres que fazem tanto pelo Município e que não recebem do Município? Eles recebem pela venda do seu material, dependendo de atravessador, dependendo de uma cadeia que poderia ser gerenciada pelos trabalhadores.

Eu quero concluir, parabenizando mais uma vez a luta de vocês. Vocês são a demonstração de que só a luta muda a vida. Hoje vai ser uma vitória enorme. Parabéns aos Vereadores e Vereadoras por manterem a coerência, mas é um primeiro passo de uma longa jornada de mobilização, de trabalho e de luta. E eu quero, aliás, fazer uma ressalva aqui, à minha amiga Cláudia Fávaro, que não só tem sido uma lutadora incansável, como foi responsável por várias legislações de AEIS, que nós ainda temos que fazer na Dique, a luta que nós temos que fazer na Nazaré para que a ampliação do Aeroporto não signifique rua para as pessoas e nem uma política habitacional concreta para as famílias. Eu sei que a Cláudia vai estar lá, mas tem gente que acha que lutar pelo povo não é trabalho. Eu acho que é muito mais do que trabalho; é militância e a militância merece ser valorizada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 288/16, com Veto Total.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a quem está na plateia a minha saudação. Eu sou parente do falecido Irmão Cecchin, sou Cecchin também. Eu quero dizer para vocês, até para repor a justiça, que quem está derrubando esse veto são os mesmos 35 Vereadores que votaram por unanimidade este projeto. Não foi hoje. Nós já fizemos lá atrás a justiça. Então a justiça para vocês já foi feita quando nós votamos o projeto, não foi hoje, como alguns Vereadores ou alguma Vereadora quer dizer aqui: “ah, não, foi isso, foi aquilo”. Não, aqui todos queriam a justiça. Claro que o Ver. Pujol votou por dois anos a menos, mas, não perguntei para o Pujol o que ele queria, tenho certeza de que a intenção dele era fazer a Prefeitura, o Poder Público, a Delegacia do Trabalho olhar mais para o trabalho duro que tem um carrinheiro, sem segurança, no meio do trânsito. Não sei quem falou aqui que ficam buzinando atrás do carrinheiro, fazem isso por que não sabem o sofrimento do carrinheiro. Nós temos de olhar para os dois lados. O Poder Público tem de se preocupar não só com a nova ocupação no lugar de puxar o carrinho; tem de dar uma ocupação digna, tem de se preocupar com a saúde de quem está puxando o carrinho no sol, se preocupar com a segurança de quem está puxando um carrinho no meio do trânsito, se preocupar com a saúde, porque tem de mexer naqueles locais nos quais muita gente não quer colocar a mão, e que vocês botam a mão.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. IDENIR CECCHIM: É, acho que sim, acho que é melhor fazer isso. É melhor do que judiar das pessoas. Então, vamos fazer assim, até 2020, mas não podemos parar. Ah, vão tirar os carrinhos. Não, de agora em diante temos de lutar para que vocês tenham uma ocupação digna, justa e paga, sem precisar correr tantos riscos como vocês correm. É só isso que queria repor. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal o PLL nº 288/16, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** o Projeto por 34 votos **SIM**. Rejeitado o Veto Total.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 05, nº 07, nº 08 e nº 12 ao PLE nº 007/17.

Em discussão o PLL nº 246/15, com Veto Total.(Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 246/15, com Veto Total.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores. Subo à tribuna mais uma vez, desta vez para discutir o veto em relação ao projeto de autoria do Ver. Engº Comassetto, que cria o Programa de Fortalecimento da Agroecologia e da Produção Orgânica, neste Município. Eis que, a cada ano que passa, a população demonstra que está se atentando cada vez mais a questões de saúde e alimentação saudável. Progressivamente, vemos grupos organizados ou independentes de pessoas debatendo os benefícios de uma alimentação qualificada, de uma alimentação livre de agrotóxicos, de uma alimentação mais simples, porém, com menor quantidade de substâncias tóxicas que possam afetá-las. Infelizmente, ainda se dá muito valor, ou pelo menos se vê com muito interesse, à utilização de defensivos agrícolas, à utilização de adubos inorgânicos e de algumas práticas que eram bastante comuns em décadas passadas para aumentar a produção nos espaços agrícolas.

Senhoras e senhores, com a reinstalação da zona rural do Município de Porto Alegre, a nossa Cidade perdeu uma parcela significativa de área destinada à produção rural. Eu acredito que é de bom tom que o espaço que sobrou, dentro dos limites do nosso Município para esta finalidade, seja aproveitado da melhor forma possível. A qualificação desse espaço, dentro do programas de agroecologia e principalmente com relação a produtos de natureza orgânica, qualifica esses produtos, qualifica a nossa Cidade e agrega valor à nossa produção rural, eis que todos os produtos orgânicos são bastante valorizados atualmente. Essa é uma tendência de ordem mundial. Casa vez mais, a população não apenas brasileira, mas também de outras partes do mundo, vê com mais atenção, carinho e cuidado o zelo com relação ao que colocam dentro do seu organismo. Portanto, acredito que essa é uma boa iniciativa para o Município de Porto Alegre. Peço, então, aos Pares que analisem com muita atenção o veto frente a este projeto de lei, que

também teve uma aprovação unânime nesta Casa Legislativa por conta do mérito da sua proposta. Peço a todos que votem pela derrubada do veto e encaminhem o Município de Porto Alegre a uma nova ótica com relação ao cuidado, zelo e produção de gêneros alimentares. Nós precisamos qualificar cada vez mais a nossa vida, a nossa saúde e a nossa alimentação. Um grande abraço a todos e espero que tenhamos um cuidado e um zelo cada vez maior com relação às nossas práticas alimentares e à produção em nossa Cidade. Até mais.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL 246/15, com Veto Total.

O SR. ADELI SELL: Presidente Ver. Cassio Trogildo, Vereadoras e Vereadores, o Ver. Engº Comassetto apresentou este projeto em 2015, ele foi aprovado aqui nesta Câmara e posteriormente foi vetado pelo Sr. Prefeito Municipal. Ver. Cassio Trogildo, este PL dialoga com uma recente lei de V. Exa. que foi aprovada aqui na Câmara. A nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores quer deixar registrado, clara e objetivamente, que todos os projetos de lei, todas as iniciativas que tratem desta temática do fortalecimento da agricultura urbana, da produção agroecológica, do combate ao uso dos venenos terão o nosso inteiro apoio.

Ver. Janta, Líder do Governo, eu queria, agora, apelar para V. Exa. que nós pudéssemos manter a posição em relação a este projeto de lei que foi aprovado por unanimidade. Então, meu caro Líder Janta, eu gostaria de solicitar a V. Exa. um minuto de reflexão para que a gente pudesse caminhar somando o conjunto de esforços feitos até aqui por esta Câmara na mesma linha do projeto apresentado pelo Ver. Engº Comassetto, de nós fortalecermos todo dia, toda hora a agricultura urbana, a agricultura agroecológica, o fortalecimento da produção orgânica. Nós já temos várias e várias feiras, e elas aumentam na Cidade. As pessoas estão conscientes de que devem manter sua saúde e resguardar seu bem-estar não utilizando produtos com esses altíssimos conteúdos de veneno. Por isso, apelo a todos e a todas que derrubemos o veto, que caminhemos para outros projetos e outras ações na mesma perspectiva. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 246/15, com Veto Total.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, senhores e senhoras, quero usar um argumento aqui para contrapor um pouco o argumento burocrático e administrativo de que há um vício de origem na proposição do Ver. Eng^o Comassetto. Quanto a esse tipo de programa, que é um programa de fortalecimento da agroecologia e da produção orgânica, eu queria lembrar aos senhores e às senhoras – o Ver. Dib, que está nos assistindo, vai lembrar – que ficou como um dos princípios, como uma das diretrizes para a zona rural quando nós fizemos o debate da recriação da zona rural de Porto Alegre. Esse era um dos debates que fazíamos, a fim de construir um zoneamento e ter um novo desenho no mapa da Cidade. Era importante que houvesse diretrizes que promovessem essa permanência, fortalecimento da zona rural, que é uma área das mais delicadas e das mais interessantes para uma capital, para um centro urbano ou para uma grande metrópole como Porto Alegre.

Porto Alegre é diferente da maioria das capitais, tem essa zona rural que é sempre ameaçada pela compra de incorporadoras para fazer loteamentos. Muitas vezes, os donos dos sítios, das chácaras, diante das enormes dificuldades na produção rural, acabam se rendendo e vendendo suas áreas, abandonando a sua produção. Por isso, quando nós votamos nesta Casa a zona rural, colocamos uma série de diretrizes, e uma delas é a implementação, o incremento, o fortalecimento da agroecologia. Queria acrescentar esse argumento, porque essa é uma determinação legal. Mais, temos vários sítios e chácaras produzindo alimentos sem agrotóxicos, e é preciso que haja fomento para estimular a ampliação, para não permitir a contaminação dos que produzem com agrotóxico, porque nós sabemos que a polinização provoca esse efeito. Há, por exemplo, uma discussão sobre o mel de Porto Alegre, que está separado na feira ecológica. Então é preciso incrementar ações que não necessariamente têm custo, que a nossa Secretaria de Indústria e Comércio de Desenvolvimento Econômico pode realizar reorientando as suas ações. Mais, para a compra de produtos agroecológicos, não há necessidade de incremento de custos: é redirecionar a compra de alimentos que a Prefeitura já faz.

Assim, quero argumentar aqui que não precisa, que não há uma implicação de custos em um projeto como esse. É, na verdade, critério para mudança de perfil de investimentos, seja na formação ou na compra. A alimentação escolar da Rede Municipal de Ensino já é uma conta bastante alta, financiada em grande parte pelo Governo Federal, e esse mesmo recurso pode e deve priorizar o alimento sem agrotóxico. Então me parece muito pertinente que se tenha um programa para isso, porque, se não há essa organização, esse desejo, essa indicação, o Município afrouxa e acaba fragilizando o esforço que fazem os nossos produtores rurais para manter uma produção sem agrotóxico.

Nós, na Comissão de Educação, fizemos há uns três anos uma visita a sítios e chácaras com produção sem agrotóxico. É emocionante, é muito lindo de ver a tecnologia humana desenvolvida, e este fortalecimento se faz muito necessário. É nesse sentido que vem o programa, Ver. Comassetto, eu espero e falo um apelo para que o conjunto das bancadas também derrube o veto e mantenha a indicação desta Casa da prioridade de uma alimentação saudável, com a convicção que nós temos de que não precisa gastar mais; é só reordenar a política pública.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o PLL nº 246/15, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 246/15, com Veto Total.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o Governo encaminhou o veto desse projeto em função de o Município de Porto Alegre, de o próprio Governo já vir desempenhando as atividades alinhadas ao PLL nº 246. O Governo já fiscaliza e implementa no Município de Porto Alegre as feiras orgânicas; nós temos vários exemplos de feiras orgânicas que acontecem na nossa Cidade. O Governo responsabiliza e fiscaliza os espaços de comercialização dos agricultores e todo o processo de transição; atua no serviço de inspeção tanto de produtos de origem animal quanto vegetal; realiza cursos e projetos de pesquisa em parceria com as universidades e os órgãos de extensão rural e associações e cooperativas de produtores do Município de Porto Alegre; presta vários serviços e dá subsídios para os agricultores; faz a manutenção de um banco de mais de 80 espécies de plantas medicinais e aromáticas e disponibiliza mudas para a

produção doméstica; e faz a implementação de hortas comunitárias. O próprio Vereador que me antecedeu, Ver. Prof. Alex Fraga, usou como exemplo décadas passadas. Realmente, há décadas passadas, vários desses programas não existiam na Cidade de Porto Alegre. Esta Casa teve uma Comissão Especial que discutiu e aprovou um projeto da questão da zona rural de Porto Alegre. Além de tudo o que já argumentamos, tem a questão de ser exclusivamente uma matéria do Governo. Então, sugerimos ao Vereador que procure a secretaria responsável, sente com ela, e discuta uma forma de implementar alguma política que aqui já não esteja contemplada pelo Governo. Em nome do Governo, encaminhamos pela manutenção do veto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal o PLL nº 246/15, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) 3 votos **SIM**; 12 votos **NÃO**. Declaro nula a votação por falta de quórum deliberativo.

(16h54min) Encerrada a Ordem do Dia.

Apregoo e defiro Requerimento de autoria Professor Wambert, solicitando votação em destaque as Emendas nº 48, nº 49, nº 50, nº 51, nº 61, nº 63, nº 64, nº 65, nº 66, e da Subemenda nº 01 à Emenda nº 49.

A Sra. Fernanda Melchionna (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pela Ver.^a Fernanda Melchionna. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h56min.)